

ARQUEOLOGIA PÚBLICA: PROCESSOS DE ORIGEM E COMUNICAÇÃO

Maria Clara Costa

maria_clar_acosta@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/0805282280099876>

Resumo:

Pensar sobre a Arqueologia Pública é pensar em novas abordagens interpretativas sobre o patrimônio arqueológico, abordagens estas que começaram a surgir desde os anos 70. Ao se fazer uma revisão bibliográfica do que foi publicado nas ciências sociais neste mesmo período, nota-se um padrão semelhante de mudanças de teorias vigentes nas disciplinas, o que vem a justificar a Arqueologia como uma integrante desse seguimento científico. Ao assumir pautas contemporâneas em suas pesquisas, o ramo da arqueologia pública mostra que a arqueologia não é somente uma disciplina que se interessa pelos vestígios materiais do passado, mas também por marcar a sua posição teórica no presente. O objetivo deste artigo é realizar, a partir de uma metodologia qualitativa, uma abordagem sobre essas alterações epistemológicas e metodológicas nas ciências sócias durante o século XX, e como pautas atuais como a multivocalidade na interpretação do registro arqueológico e a ética na arqueologia foram incorporadas na pesquisa arqueológica. E como todas essas ações refletem na gestão, preservação e comunicação do patrimônio arqueológico no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: arqueologia pública, ciências sociais, comunicação.

Abstract:

Think about Public Archeology is to think about new interpretative approaches to archaeological heritage. These approaches began to emerge since the 1970s. When a bibliographic review of what was published in the social sciences in this same period is made, a similar pattern is noted changes in current theories in the disciplines, which justifies Archeology as an integral part of this scientific follow-up. By assuming contemporary guidelines in its research, the branch of public archeology shows that archeology is not only a discipline that is interested in the material traces of the past, but also for marking its theoretical position in the present. The objective of this article is to carry out, based on a qualitative methodology, an approach on these epistemological and methodological changes in the social sciences during the 20th century, and as current guidelines such as multivocality in the interpretation of the archaeological record and ethics in archeology were incorporated into the archaeological research. And how all these actions are reflected in the management, preservation and communication of the archaeological heritage in the contemporary world.

Keywords: communication, public archaeology, social science.

As mudanças metodológicas nas Ciências Sociais no século XX

Analisar criticamente o passado para melhor entender o presente e planejar o futuro é algo almejado pelas ciências sociais. Para além dos grandes acontecimentos que mudaram o mundo nos mais variados aspectos, a década de 60 também foi uma época de expansão e de reformas dos sistemas educativos, abrindo campos novos à investigação educacional e conferindo-lhe renovada utilidade social (ESTRELA, 2006, p.19).

Três grandes transformações vêm moldando as Ciências Sociais nos últimos 40 anos, mais claramente desde o final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX até ao presente. A primeira grande transformação tem origem epistemológica; a segunda se refere a mudanças de ordem teórico-metodológico; e a terceira se relaciona com a ético-política (LIEDKE, 2011, p.11).

A mudança de cunho epistemológico, consiste no afastamento das ciências sociais das orientações ditas fundacionais, ou seja, das chamadas verdades sociais permanentes. Esse distanciamento se faz perante a explicações baseadas em relações simples de causa e efeito, à busca de explicações duráveis em um mundo que se considera como realidade objetiva, que está além, fora, separada do sujeito investigador, do sujeito pesquisador (LIEDKE, 2011, p.11).

A seguir essa linha podemos ressaltar a visão acerca do conhecimento das ciências sociais, da articulação entre teorias e pesquisa, passa a ser considerada como socialmente situada e contextualizada. Ou seja, todo esforço de teoria e de pesquisa incorpora valores, faz parte de interpretações socialmente construídas e ao mesmo tempo capaz de influenciar, e até mesmo criar inflexões sobre a própria vida social (LIEDKE, 2011, p.12).

GIDDENS (1991) assume que as ciências sociais se relacionam com a vida social de uma forma que pode ser concebida como um espiral, passando suas produções por dentro e por fora da vida social.

Portanto os cientistas sociais produzem determinados conhecimentos e, através dos meios de comunicação, os cidadãos vão se informando acerca dos mesmos. A população acaba por assumir posições sobre esses conhecimentos, sobre a diversidade de pensamento que expõem, vêm, por vezes até mesmo a alterar os seus próprios comportamentos.

GIDDENS (1991) dá exemplo relativos aos “campos” do divórcio, sexualidade, família, assim como problemas relacionados com a qualificação dos trabalhadores. No entender desse autor, se as pessoas passarem a, reflexivamente, tomar conhecimento desses resultados de pesquisa, novos comportamentos poderão vir a ser adotados, fazendo emergir novos eventos e padrões sociais.

SEIDMAN & ALEXANDER (2001) colocam que umas das tarefas e questões fundamentais, no fazer e no conhecimento das ciências sociais, é sabermos nos movimentar entre a análise que elaboramos e o sentido crítico de uma série de

princípios de valores. Trata-se de ter claro quais são esses princípios. Quais são os pontos de partida éticos, morais e políticos que estão orientando as linhas de pensamento que adotamos quando construímos uma problemática?.

Para LIEDKE (2011, p.15) a busca de evidências da pesquisa deverá ser rigorosa, de maneira que ao apresentarmos os resultados, esses possam ser efetivamente comprovados e justificados, vindos a ser aceitos para o debate com e entre outros estudiosos.

Na parte das mudanças teórico-metodológicas podemos destacar a maior interdisciplinaridade entre as disciplinas das ciências sociais. Ou seja, um sociólogo pode buscar na antropologia o aprofundamento de estudos sobre determinados temas e problemas, que até então ficam isolados as suas próprias disciplinas. Segundo LUHMANN (1997) ao mesmo tempo em que ocorre essa interdisciplinaridade, há também uma tendência a especialização em cada área.

A terceira mudança que se relaciona com a ético-política pode ser relacionada com o trabalho de Michel Foucault. Nos anos 60, Michel FOUCAULT (2002: 217) desenvolve o conceito de *epistêmê* não como uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto de relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas.

O arqueólogo do saber (sujeito) assume como seu principal objetivo de análise a leitura do descontínuo no pensamento ocidental, procurando encontrar no mundo exterior a articulação do objeto e o poder de julgar. Para emergir um significado no objeto é necessário a ação da dimensão humana da relação Saber-Poder, transformando as características físicas das interações em significados. O significado vai interagir com o individual, em que o objeto deve ser pensado dentro do seu contexto histórico-cultural e social, revelando relações com outros objetos. Evidencia-se assim o poder da linguagem como regulação da existência e produtora permanente do saber (Foucault, 2002, p. 217).

Foucault traça então uma perspectiva epistemológica relacionada com o ceticismo em relação à consciência absoluta da razão ocidental à maneira cartesiana, capaz de conhecer e produzir conhecimento apenas a partir de intuições e distinções. O autor assume uma leitura desconstruída do conhecimento, pois implicou a queda da

razão transcendental, imposta e aceita pelo pensamento ocidental por Platão, Descartes, Kant e Hegel.

Contrapondo a análise de um sujeito cognitivo profundamente marcado, quer pela inteligibilidade cultural, quer pela natureza exterior para libertar as marcas de uma memória que atravessa o Tempo, através de significações, pensamentos, desejos e ameaças na esfera do visível e invisível do poder do conhecimento. Assim o autor contrapõe uma perspectiva epistemológica da relação Saber-Poder através do conceito de *epistêmê*, com o objetivo de analisar as rupturas entre as épocas, culturas e objetos do conhecimento, que possibilitam as mudanças de interesse, conceito e estratégias (ALMEIDA, 2012, p.39).

Já na pós-modernidade dos anos 80, Boaventura de Sousa Santos influenciado pelas ideias de Foucault desenvolve o conceito de Epistemologias do Sul. As epistemologias do Sul referem-se à produção e validação de conhecimentos surgidos nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, opressão e destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e patriarcado. Ou seja, se trata de um sul epistemológico e não geográfico.

O objetivo é permitir que os grupos sociais oprimidos representem o mundo como seu e nos seus próprios termos, pois apenas desse modo serão capazes de o transformar de acordo com as suas próprias aspirações.

SANTOS (2018, p.187) escreve que a ciência ocidental moderna foi um instrumento-chave para a expansão e consolidação da dominação moderna, questioná-la a partir da perspectiva das epistemologias do Sul implica questionar o seu caráter colonial (que produz e esconde a linha abissal criadora de zonas de não-ser), o seu caráter capitalista (a mercantilização global da vida através da exploração de dois não bens de consumo, o trabalho e a natureza) e o seu caráter patriarcal (a desvalorização dos corpos, das vidas e dos trabalho social das mulheres com base na desvalorização do seu ser social).

As Epistemologias do Sul reconhecem as práticas das da ciência pós-abissal, integram a essas outros conhecimentos e outras práticas de criação e de transmissão de conhecimento que ocorrem enquanto dimensão das práticas sociais de resistência e luta contra a dominação (SANTOS, 2018, p.403).

As ecologias dos saberes visam articular conhecimento científico e conhecimentos artesanais, e como tal, constituem um desafio às instituições e às pedagogias que foram desenhadas para promover e transmitir apenas um tipo de conhecimento (SANTOS, 2018, p.403).

Considerando a arqueologia como parte integrante do ramo das disciplinas das ciências sociais, essas transformações também terão reflexo na disciplina. Portanto a Arqueologia Pública pode ser considerada como um dos resultados de todas essas reflexões.

A gênese epistemológica do *público* na Arqueologia Pública

De acordo com MELTON (2001, p.1) a noção de público como algo que simbolize um coletivo de cidadãos, e que seja ao contrário do que é privado vem desde o império romano.

Podemos superficialmente desdobrar o conceito de público em dois: o primeiro está associado com o Estado e as suas instituições, e o segundo está ligado a um grupo de pessoas que debatem questões importantes e consomem produtos culturais, e cujas reações formam a opinião pública (MERRIMAN, 2004, p.1).

Ao nos aprofundarmos podemos afirmar que o Estado assume a função de porta-voz do público, e age em prol do interesse público. Essa atitude do Estado pode ser comprovada na criação de museus e escolas. No segundo conceito podemos englobar todo ou qualquer debate e opinião formada no seio da sociedade, ou seja, na população (MERRIMAN, 2004, p.1).

No caso da Arqueologia Pública ambos os conceitos são utilizados, apesar de serem conflituosos entre si.

A emergência do debate sobre ética com a Arqueologia Pública

O arqueólogo americano C. R. McGimsey foi o primeiro a utilizar o conceito *Public Archaeology* em 1973. Cabe ressaltar que a arqueologia pública surge em um primeiro momento associada a gestão do patrimônio arqueológico americano (CARNEIRO, 2009, p.89).

Justamente pela causa da preservação, aumentou o interesse do público pela Arqueologia, se tornou acessível ao público um grande número de sítios arqueológicos e de monumentos históricos.

Contudo o discurso acerca da questão da ética na arqueologia somente surge durante os anos 60. Segundo MORSE (1994, p.169) os arqueólogos preocupados com a conservação do material arqueológico passaram a se dedicar à preservação do bem patrimonial e iniciaram uma discussão ética sobre a relação entre arqueólogos e outros interessados nos vestígios do passado.

Nas últimas décadas, após a criação do *World Archaeological Congress*, em 1986, a Arqueologia “tem fomentado cada vez mais a diversidade e servido para estimular a responsabilidade social (FUNARI *et al*, 2009, p.120).

Tanto no primeiro *World Archaeological Congress* (WAC), como no *Taos Conference*, no Novo México, organizado em 1988 pela *Society for American Archaeology* (SAA), o tema da responsabilidade social da arqueologia foi amplamente discutido (ALFONSO, 2012, p.42).

As discussões que decorreram no *Taos Conference* derivaram da formação de um *Public Education Committee* (PEC), dentro da própria *Society for American Archaeology*, com o objetivo de planejar ações de transferência e promover a conservação do patrimônio arqueológico (SALERNO, 2012, p.12).

Em suma, pode-se dizer que tanto o Taos como o WAC contribuíram para viabilizar e legitimar a arqueologia pública como um campo científico de reflexão, ação e investigação dentro do campo disciplinar da arqueologia (SALERNO, 2012, p.12).

Em 1991 a mesma sociedade publica *Archaeology and Public Education*, publicação responsável por criar um espaço de comunicação para promover a conservação e prevenção do vandalismo, e saque dos sítios arqueológicos (SALERNO, 2012, p.12). Essas novas propostas integraram um movimento americano que impulsionou a inclusão dos materiais arqueológicos nos estudos de gestão e manejo dos bens e recursos culturais.

É inegável que a forte presença da teoria marxista, do construtivismo e do pós-modernismo, permitiu a arqueologia pública reconhecer a possibilidade de múltiplas interpretações do passado, bem como o desenvolvimento da própria noção de cidadão como um indivíduo que participa, seleciona e é ativo no processo da produção de conhecimento (MERRIMAN, 2004, p. 3-4).

Na Europa as relações entre a Arqueologia e a sociedade foram instituídas a partir da corrente pós-processualista, proposta por Ian Hodder na década de 1980, que incorporou a Arqueologia Pública na ementa de discussões ao evidenciar a importância

do contexto histórico e social de produção do conhecimento arqueológico e o indispensável comprometimento dos arqueólogos com os grupos sociais (CARNEIRO, 2009, p.87).

Uma das principais questões colocadas pela arqueologia pós-processual reside nos significados simbólicos dos vestígios arqueológicos, que variam de contexto para contexto. Os arqueólogos pós-processualista colocam o indivíduo como ator social, cujo contexto dará o significado ao registo arqueológico. Essas abordagens aceitam assim, a falta de consenso nas interpretações do passado. (WINCHERS, 2010, p.47).

A palavra do arqueólogo é uma, dentre outras opiniões sobre o passado, pois há muitas e plausíveis interpretações sobre o registo arqueológico. As perspectivas pós-processuais defendem que o registo arqueológico é um texto polissêmico, podendo ser lido de diversas maneiras. No mundo contemporâneo, cada vez mais, narrativas multivocais têm conquistado espaços antes reservados aos especialistas, donos de um pretensão conhecimento e verdade.

Essas mudanças são originárias das práticas de autocrítica sobre o passado colonialista e imperialista da Arqueologia, que muitas vezes serviram a ditaduras e regimes autoritários (ALFONSO, 2012, p.42).

Diante dessa realidade, recuperar a credibilidade é essencial para que a Arqueologia possa progredir, já que por muito tempo a disciplina foi tida “como uma prática que não é totalmente confiável, um julgamento devido mais aos poderes a que serve do que à ambiguidade de suas interpretações” (LITTLE, 2009, p.128).

Com a organização do primeiro WAC promovido pelo *Institute of Archaeology* (UCL) de Londres, as discussões sobre ética na profissão de arqueólogo foram postas em primeiro plano. Um dos principais objetivos desse congresso foi gerar mecanismos institucionais para ampliar as discussões sobre relações de poder, privilégio e desigualdade na disciplina. Assim foi articulada uma posição política contra o apartheid, vigente na África do Sul na época. Com o lema *One World Archaeology*, essa manifestação contou com a participação de arqueólogos de mais de 70 países. O WAC também foi o primeiro encontro internacional onde participaram representantes de povos e organizações indígenas com o mesmo status que os arqueólogos (SALERNO, 2012, p.14).

De acordo com JOYCE (2005, p.254), foi a partir dos mais variados casos legais e políticos relacionados à repatriação de objetos arqueológicos que se intensificaram

debates que provocaram uma reflexão mais substancial sobre as diferentes questões éticas da disciplina junto à comunidade arqueológica.

Entre os debates se inserem discussões sobre inclusão dos povos nativos, acadêmicos periféricos, bem como sobre o potencial e os reais benefícios que a Arqueologia pode gerar ao lidar com temas como justiça social, paz, fortalecimento de comunidades e preservação do meio ambiente (LITTLE, 2009, p.115).

Apesar do crescente interesse das novas gerações de arqueólogos no que concerne às questões relacionadas às responsabilidades éticas da disciplina, ainda não há um consenso sobre a melhor forma de balancear as responsabilidades arqueológicas (MORSE, 1994, p.169).

RODRIGUEZ & ALFARO (2003, p.303) a pesquisa e a conservação do patrimônio arqueológico devem ter consequências sociais, econômicas e políticas concretas; o por que estudar e o para que conservar, e torna-se inevitável a criação de programas com tais fins, a serem implementados e utilizados como exemplos positivos.

Se os primeiros códigos de ética assumiam que os interesses dos arqueólogos pautariam as ações e a disposição dos vestígios materiais do passado, para a SAA o entendimento contemporâneo de ética assume posicionamento diferente, evidenciando que os arqueólogos não ocupam uma posição privilegiada que lhes garanta serem os únicos responsáveis pela tomada de decisão sobre esses vestígios. Essa remodelação da posição do arqueólogo como uma administração conjunta deve estimular arqueólogos a trabalhar com outras partes interessadas, de modo a fomentar a tomada de decisões compartilhadas com relação aos materiais dos quais depende a prática arqueológica (JOYCE, 2005, p.260).

MESKELL (2007, p.443) afirma que os arqueólogos mais conscientes de que são primordiais a inclusão e os debates com outros grupos. O próprio WAC de 2008, realizado em Dublin, teve como um dos seus temas as "Arqueologias Engajadas", baseadas na ênfase à participação da comunidade na gestão do patrimônio arqueológico e de outros patrimônios culturais.

As arqueologias engajadas propõem a adoção de uma abordagem pluralista para o estudo do passado (PIKIRAYI, 2009, p.125).

Entretanto as realidades políticas também interferem no quanto será exclusiva ou inclusiva a prática arqueológica e o discurso sobre os vestígios arqueológicos (KOHL, 2004, p.299). O reconhecimento dos múltiplos interessados pelo patrimônio, devido às

“implicações políticas, culturais, sociais e econômicas do passado”, pode gerar estratégias para garantir maior valorização e proteção do patrimônio para o futuro (RODRIGUEZ & ALFARO, 2003, p.296).

Tal compreensão é relevante para a disciplina, pois existe uma relação de pertencimento expressa por meio de sua valorização coletiva e que, conseqüentemente, envolve a preservação, a conservação e a proteção dos sítios arqueológicos como herança cultural (POBLETE, 2003, p.332).

Considerações Finais

Em um amplo sentido, a arqueologia pública tem centrados seus estudos nas relações entre a ciência arqueológica propriamente dita e a sociedade no presente. As problemáticas desenvolvidas permitiram contextualizar tais relações considerando aspectos referidos nos processos de circulação e apropriação do conhecimento arqueológico e seus referentes materiais no presente. A partir de então houve a promoção de enfoques reflexivos e éticos que acabaram por questionar as investigações arqueológicas desenvolvidas durante o processo de colonização (SALERNO, 2013, p.9).

Além do mais, esses enfoques passaram a discutir a *universalidade* do patrimônio arqueológico, e o modo como se estabelece a autoridade dos arqueólogos em relação a outros sujeitos sociais durante o processo de investigação. Essas discussões adquirem uma importância particular na América Latina e nos locais onde o legado colonial implicou a construção de relatos históricos duplos que rechaçam a diferença e inviabilizam a desigualdade (SALERNO, 2013, p.9).

O potencial da arqueologia pública consiste em entender a arqueologia como uma atividade social, situada e com lugar em múltiplos contextos (histórico, político, econômico e institucional). Contudo é importante saber de onde se originam todas essas questões que povoam a atual discussão na Arqueologia Pública. Compreender a arqueologia pública como uma herdeira de processos que permeiam as ciências sociais desde os anos 40, é também planejar a melhor forma para desenvolver as ações futuras deste ramo.

Afinal a Arqueologia Pública também é muito questionada por não conseguir ser aplicada nos projetos de arqueologia, como se fosse um ramo exclusivo da academia. Por isso é necessário se conhecer bem o processo para se poder comunicar melhor a arqueologia pública, e conseqüentemente o patrimônio arqueológico.

Referências

- ALFONSO, Louise. **Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- ALMEIDA, António Manuel Passos. Epistemologia do conhecimento em Michel Foucault: os museus e as suas coleções. **Ensaios e Práticas em Museologia**, vol. 2, 37-56, 2012.
- CARNEIRO, Carla. **Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- JOYCE, Rosemary. **Solid Histories for Fragile Nations**. Oxford: Embedding ethics, 2005.
- LIEDKE, Elida. Temas e conceitos relevantes no debate das ciências sociais hoje. **Pensamento Plural**, 9, 2011. (Consultado em 24/04/2019). Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3624>.
- LITTLE, Barbara. What Can Archaeology Do for Justice, Peace, Community, and the Earth?. **Historical Archaeology** v.43, n.4, 115-119, 2009.
- LUHMANN, N. **Organización y Decision. Autopoiesis, Acción y Entendimiento Comunicativo**. Barcelona, México, Santiago de Chile: Anthropos Editorial, Universidad Iberoamericana, 1997.
- MELTON, James. **The Rise of the Public Enlightenment Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001
- MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. New York: Routledge, 2004.
- MESKELL, Lynn. **The Practice and Politics of Archaeology in Egypt**. New York: The New York Academy of Sciences, 2006.
- MORSE, Michael. Seeking an Ethical Balance. **Journal of Anthropological Research** 50: 169-185, 1994.
- PIKIRAYI, Innocent. What Can Archaeology Do for Society in Southern Africa?. **Historical Archaeology**, 43(4), 125-127, 2009.
- POBLETE, Daniella Jofré. **Una propuesta de acercamiento al patrimonio arqueológico de la comunidad de Belén (región de Tarapacá, Chile)**. Chungará (Arica), v.35 n.2, 2003
- RODRIGUEZ, Uribe; Alfaro, Adân. Archaeology, Cultural Heitage and Native Populations: Refflections from the Atacama Desert. **Chilean Journal Chungará**, v.35, n. 2, p.295-304, 2003.
- SALERNO, Virginia. Pensar la arqueologia desde el sur. **Complutum**. Vol 23(2), 191-203, 2012. (Consultado em 22 de abril de 2019). Disponível em <http://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/view/40885/39145>.

SALERNO, Virginia. Arqueología Pública: Reflexiones Sobre la Construcción de un Objeto de Estudio. **Revista Chilena de Antropología** N° 27, 1er Semestre, 7-37, 2013.

SANTOS, Boaventura. **O fim do Império Cognitivo**. Lisboa: Editora Almedina, 2018.

SEIDMA, Steven; ALEXANDER, Jeffrey. **The New Social Theory Reader. Contemporary Debates**. London and New York: Routledge. Taylor and Francis Group, 2001

WICHERS, Camila. **Patrimônio Arqueológico Paulista: preposições e provocações museológicas**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

Maria Clara Costa

Licenciada em Arqueologia/Universidade do Minho e Mestre em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual/ Universidade do Porto.